

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 2
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-447-4

DOI 10.22533/at.ed.474200710

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo de estudos sobre as políticas públicas evoluiu ao longo dos séculos XX e XXI de modo reflexivo aos movimentos pendulares de maximização e minimização do tamanho do Estado nos contextos nacionais, apresentando um conjunto peculiar de instrumentos teórico-metodológicos multidisciplinares com finalidades não apenas descritivas, mas também prescritivas em uma realidade permeada pela complexidade.

Partindo de reflexões do campo de Políticas Públicas, a presente obra, intitulada “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 2”, configura-se por robusta coletânea de pesquisas empíricas relacionadas às áreas de Educação e Saúde, as quais possuem ricas e diferenciadas abordagens por meio de recortes metodológicos e teóricos próprios, demonstrando assim a riqueza do campo de estudos de políticas públicas.

Estruturado em 22 capítulos, o livro é o fruto de um trabalho coletivo de um perfil plural de profissionais comprometidos com os estudos empíricos de políticas públicas, o qual é caracterizado pelas distintas experiências de 48 pesquisadoras e 13 pesquisadores oriundos, nacionalmente, de todas macrorregiões brasileiras (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), e, internacionalmente, da Colômbia.

A organização desta obra obedeceu a um sequenciamento temático, de modo que apresenta uma panorâmica visualização das mais clássicas políticas sociais por meio, respectivamente, um eixo de discussões sobre políticas públicas relacionadas à Educação nos primeiros 12 capítulos, e um segundo eixo temático de discussões na área de Saúde nos 10 capítulos seguintes.

No primeiro eixo, a temática educacional é explorada por meio de capítulos que versam sobre assuntos variados, como política educacional nacional, ensino básico, ensino médio e ensino superior, representações visual e de competências linguístico-comunicativas, enfoques gerenciais na educação, equipes multidisciplinares e monitoria colaborativa no contexto educacional.

No segundo eixo, a Saúde é explorada desde enfoques macroanalíticos que exploram políticas nacionais específicas, gestão na Saúde Pública zika vírus no Brasil ou sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) até se chegar a enfoques microanalíticos de estudos de casos em ambiente hospitalar ou em unidades sanitárias ou mesmo sobre participação discente em diferentes estados brasileiros.

Com base nestes 22 capítulos, este livro apresenta variadas discussões sobre a realidade da Educação e da Saúde em suas matrizes como políticas públicas centrais no contexto do welfare state brasileiro, Estado de Bem Estar Social, em plena dinâmica de mutação que combina a hibridez sociocultural de tradicionalismos e novidades, bem como continuidades e mudanças.

Diante das diferentes contribuições ora apresentadas em linguagem fluida e acessível, este livro é direcionado para um amplo público leigo ou mesmo para profissionais e acadêmicos que buscam a especialização, razão pela qual estão todos convidados a explorarem o campo das políticas públicas em Educação e Saúde à luz de uma instigante leitura multidisciplinar fundamentada por diferenciadas análises e por um pluralismo teórico-metodológico que visam apreender a complexidade das realidades empíricas.

Ótima leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ATUAÇÃO COLABORATIVA ENTRE O PROFESSOR DO AEE E O TERAPEUTA OCUPACIONAL: AÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Orlando Sérgio Pena Mourão Junior

Lorena Costa Branco

Samantha Hanna Seabra Castilho Simões

DOI 10.22533/at.ed.4742007101

CAPÍTULO 2..... 12

A CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: PROJETO EM CURSO

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Elis Regina dos Santos Viegas

DOI 10.22533/at.ed.4742007102

CAPÍTULO 3..... 22

POLÍTICAS PÚBLICAS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO

Bernarda Elane Madureira Lopes

Clara Tatiana Dias Amaral

Cristiana Fonseca de Castro Oliveira

Ivanise Melo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.4742007103

CAPÍTULO 4..... 34

SUBVERSÃO EM PERFORMANCE NA ESCOLA PÚBLICA E DIÁLOGOS COM AS POLÍTICAS CULTURAIS

Thiago Camacho Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.4742007104

CAPÍTULO 5..... 49

O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAIS) À LUZ DA POLÍTICA JURÍDICA

Adelcio Machado dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.4742007105

CAPÍTULO 6..... 63

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA CUMPRIMENTO DA META 12 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Angelo Luiz Cortelazzo

Carlos Vogt

DOI 10.22533/at.ed.4742007106

CAPÍTULO 7..... 75

CONSTRUINDO UMA GESTÃO PARA RESULTADOS: IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Wagner Pires da Silva

Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo
Gilmária Henllen Gondim Gomes
Erlene Pereira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.4742007107

CAPÍTULO 8..... 86

POLÍTICAS PÚBLICAS GERENCIALISTAS: EFEITOS NA SEGURANÇA DO TRABALHADOR EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Renata Machado
Márcia Barros de Sales

DOI 10.22533/at.ed.4742007108

CAPÍTULO 9..... 98

MONITORIA COLABORATIVA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CURSO DE PEDAGOGIA

Luzileida Sousa Correa
Ana Paula Vieira e Souza

DOI 10.22533/at.ed.4742007109

CAPÍTULO 10..... 111

AS INTERVENÇÕES DO PIBID ATRAVÉS DA ANÁLISE DE IMAGENS NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO CENTRO EDUCACIONAL 30 DE JUNHO

Ana Paula de Oliveira
Adriano Andrade de Abeu
Jean da Silva Santos
Marize Daminana Moura Batista e Batista

DOI 10.22533/at.ed.47420071010

CAPÍTULO 11..... 122

AS REPRESENTAÇÕES DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICO-COMUNICATIVA CONSTRUÍDAS POR PROFESSORES PARAENSES DE INGLÊS

Makoy Santos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.47420071011

CAPÍTULO 12..... 134

FOTOJORNALISMO E GUERRA NA COLÔMBIA: A REPRESENTAÇÃO VISUAL DOS INDÍGENAS AWÁ

Ana Luisa Fayed Sallas
Claudia Solanlle Gordillo Aldana

DOI 10.22533/at.ed.47420071012

CAPÍTULO 13..... 149

A PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE CACOAL-RO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Izabela Beatriz Santos Gomes Silveira
Beatriz Moutinho Bosso
Letícia Rodrigues de Souza Leal
Natalia Liz Ribeiro dos Santos

Juraci Tostes Pereira da Gama
Hítalo Calaça Aguiar
Maria Paula Cezar Silva
Keila Cassimiro Cordeiro Lipke
Celeste Santos Martins
Weliton Francisco Medeiros da Silva
Ana Karolina Monge Silva Romano Mendonça
Sheila Carminati de Lima Soares

DOI 10.22533/at.ed.47420071013

CAPÍTULO 14..... 156

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À SAÚDE: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI

Thuanny Mikaella Conceição Silva
Gicinayana Luz Sousa Pachêco Bezerra
Erika Ravena Batista Gomes
Mirna Albuquerque Frota
Shearley Lima Teixeira
Maria dos Remédios Beserra
Solange Maria Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.47420071014

CAPÍTULO 15..... 167

IMPACTO DAS OFICINAS DESCENTRALIZADAS DO COSEMS/CE SOBRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Márcia Lúcia de Oliveira Gomes
Marizângela Lissandra de Oliveira Santiago
Mere Benedita do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.47420071015

CAPÍTULO 16..... 174

A POLÍTICA DE MONITORAMENTO E GESTÃO POR RESULTADOS DO PACTO PELA SAÚDE (PPS) EM PERNAMBUCO

Maria Fernanda Gomes Ribeiro de Andrade
Flávia de Oliveira Antunes

DOI 10.22533/at.ed.47420071016

CAPÍTULO 17..... 182

SAÚDE MENTAL NA POLICLÍNICA: REGIONALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM UMA ÁREA DESCENTRALIZADA DE SAÚDE

Francisco Anderson Carvalho de Lima
Camila Mascarenhas Moreira
Malbia Oliveira Rolim Barbosa
Francisca Verônica Moraes de Oliveira
Tauanaiara Nogueira de Moraes
Sergiana de Sousa Bezerra
Adriano Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.47420071017

CAPÍTULO 18	191
ENTRE O IDEAL E O REAL: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES NO COTIDIANO DE TRABALHO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA	
Michele Cardoso Corrêa Naiane Barreto de Melo Júnia de Castro Flores	
DOI 10.22533/at.ed.47420071018	
CAPÍTULO 19	203
PAGAMENTO POR DESEMPENHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE NO PACTO PELA SAÚDE (PS) ENTRE 2006 E 2011: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DO CICLO DE VIDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Edmar Aparecido de Barra e Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.47420071019	
CAPÍTULO 20	223
CONTROLE INTERNO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: AÇÕES DO DENASUS	
Maria do Socorro Litaiff Rodrigues Dantas Maria do Socorro Pinto Brígido Ednir Dantas de Castro Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.47420071020	
CAPÍTULO 21	231
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM	
Liana Dias Martins da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.47420071021	
CAPÍTULO 22	242
ZIKA VÍRUS: ANÁLISE, DISCUSSÕES E IMPACTOS NO BRASIL	
Letícia Bugança Stelute Gabriela Caroline Coelho Canossa	
DOI 10.22533/at.ed.47420071022	
SOBRE O ORGANIZADOR	251
ÍNDICE REMISSIVO	252

CAPÍTULO 6

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA CUMPRIMENTO DA META 12 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Angelo Luiz Cortelazzo

Universidade Estadual de Campinas –
UNICAMP - Instituto de Biologia – IB.
Campinas – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/9860309373189150>

Carlos Vogt

UNICAMP – Laboratório de Estudos Avançados
em Jornalismo - Labjor
Campinas – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/2465083864716444>

RESUMO: No presente trabalho foram levantados dados sobre a expansão do ensino superior brasileiro para atendimento da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), visando contribuir para o estabelecimento de políticas públicas que possam estar em sintonia com o disposto na legislação em vigor. Para isso, foram utilizados os dados disponibilizados pelo INEP e projeções populacionais do IBGE e calculada a expansão já realizada e aquela que ainda deverá ocorrer nos próximos anos para cumprimento da meta. Os resultados revelaram que, passados praticamente 6 anos, foram criadas apenas pouco mais de 30% das matrículas que seriam necessárias ao cumprimento da meta relativa às Taxas de Matrícula e que o sistema público tem tido uma expansão da ordem de 13% em relação ao total, longe, portanto, dos 40% estabelecidos. Finalmente, o estudo apresenta os dados

relativos ao estado de São Paulo, cuja situação é um pouco mais confortável que a média do país, mas também distante do cumprimento da meta. Além disso, os dados revelam que a expansão se dá de forma a aproveitar a estrutura das instituições existentes, sem levar em conta as diferenças de população e escolaridade das regiões administrativas que formam o estado, revelando que a atual expansão não vem ocorrendo de modo proporcional à população dessas regiões.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Nacional de Educação, Expansão do Ensino Superior, Políticas Públicas.

EXPANSION OF HIGHER EDUCATION TO MEET GOAL 12 OF THE NATIONAL EDUCATION PLAN IN BRAZIL AND IN SÃO PAULO STATE

ABSTRACT: In this study were collected the data on the expansion of Brazilian higher education to meet goal 12 of the National Education Plan (PNE), in order to contribute to the establishment of public policies that may be in line with the provisions of current legislation. For this purpose, the data provided by INEP and Ibge population projections were used and the expansion already carried out was calculated and the one that is expected to occur in the coming years to reach the goal. The results showed that, after almost 5 years were create just over 30% of the enrollments that would be required to achieve the expected Schooling Rates and that the public system has expanded by 13% in relation to the total, far from the 40% established. Finally, the study presents data related to the state of São

Paulo whose situation is slightly more comfortable than the country's average, but also far from meeting the target. In addition, the data reveal that the expansion takes place in order to use the structure of the existing institutions, without taking into account the differences in population and schooling of the administrative regions that make up the state, revealing that the current expansion has not been occurring proportionally to the population of these regions.

KEYWORDS: National Education Plan, Expansion of Higher Education, Public policies.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil teve seu ensino superior implantado tardiamente em relação aos demais países latino-americanos e, em 1945, praticamente na metade do século XX e com 45 milhões de habitantes, o país apresentava pouco mais de 21 mil matrículas em cursos superiores (AMARAL, 2016). Setenta anos depois, para uma população quatro vezes maior, com cerca de 200 milhões de habitantes, aumentou suas matrículas quase 400 vezes, chegando a 8 milhões de estudantes (INEP, 2020a). Apesar desse esforço, os percentuais de escolarização superior da população brasileira apresentam valores que correspondem à metade da média dos países economicamente mais desenvolvidos (OCDE, 2019). Além disso, a expansão do ensino superior vem sendo realizada mais nas Instituições privadas do que naquelas criadas e mantidas pelo poder público federal, estadual ou municipal, que hoje representam menos de 25% do total de matriculados (INEP, 2019).

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi estabelecido pelo artigo 214 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e tem duração decenal. Ele define as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a manutenção e desenvolvimento do ensino no país e o PNE em vigor foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014). Está estruturado em 20 metas, detalhadas em 254 estratégias de ação, relacionadas aos seis Incisos do art. 214 da nossa Constituição.

A meta 12 do Plano Nacional de Educação em vigor, estabelece:

Meta 12: "Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público". (INEP, 2015, p.209)

A meta, com um conjunto de 21 estratégias para seu cumprimento, prevê otimizar a capacidade instalada das IES públicas de ensino superior, bem como ampliar a oferta de vagas mediante expansão e interiorização da rede federal de educação superior, além de estimular a expansão e reestruturação das IES estaduais e municipais com ensino gratuito, inclusive com previsão de aporte financeiro (Estratégias 12.1, 12.2 e 12.8, Anexo da Lei 13005, BRASIL, 2014).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) considera a faixa etária de 18 a 24 anos como aquela adequada à realização/conclusão de um curso

superior de graduação (OCDE, 2019). Define-se ainda, como Taxa Bruta de Matrículas (TBM), o percentual de matriculados nesse nível de ensino e o total da população com a faixa etária considerada adequada; e como Taxa Líquida de Matrículas (TLM), o percentual de matriculados com 18 a 24 anos e o total dessa população. Trabalhos de Trow (1973, 2005, apud GOMES; MORAES, 2012) classificam a expansão do ensino superior nas sociedades avançadas em três fases que podem ser grosseiramente sumarizadas em função da TLM: “sistemas de elite”, quando a TLM é menor que 15%; “sistemas de massa”, quando ela tem valores entre 16 e 50% e, finalmente, “sistemas universalizados, quando TLM é maior que 50% (GOMES; MORAES, 2012). Deste modo, o Brasil tinha um ensino superior como um sistema de elite até 2012, quando apresentou TLM = 15,1% (INEP, 2015) e o PNE prevê que seja atingida a taxa mediana do ensino de massa, ou seja, 33%.

A partir do Plano Nacional de Educação, Estados e Municípios brasileiros ganharam dois anos de prazo para a elaboração e aprovação de seus Planos de Educação (art.9º, Lei 13005/2014) adequando-os ao PNE.

Para o Ensino Superior, os dados mais atualizados e disponíveis na data da publicação da Lei 13005 e as referências do Censo da Educação Superior à época, eram aqueles relativos ao ano de 2012. Assim, os dados que foram e estão sendo atualizados têm como ponto de partida a situação de 2012 e não aquela de 2014, ano em que a Lei foi sancionada (BRASIL, 2014).

Assim, visando contribuir para o detalhamento dos avanços alcançados até o momento e o estabelecimento de políticas públicas que possam estar em sintonia com o disposto na legislação em vigor, o presente trabalho faz uma estimativa das Taxas de Matrícula mostradas no relatório do INEP tendo em vista a projeção populacional ao final da vigência do PNE e não aquela utilizada pelo Instituto, que leva em conta a PNADc. Além disso, foi detalhada a situação do estado de São Paulo, que possui o maior contingente de matriculados em ensino superior e o menor percentual de participação de instituições públicas nessa formação (INEP, 2020a)

2 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

A meta 12 do PNE vem sendo desmembrada em 3 indicadores nos relatórios de monitoramento das metas do PNE elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, desde a Linha de Base publicada em 2015 (INEP, 2015), a saber:

Indicador 12A: Taxa Bruta de Matrícula na Educação Superior;

Indicador 12B: Taxa Líquida de Matrícula na Educação Superior;

Indicador 12C: Participação do segmento público na expansão.

A projeção da população foi obtida no site do IBGE (2020) e as matrículas, aquelas presentes na linha de base do PNE (INEP, 2015), conforme também vem sendo utilizadas no material disponibilizado no monitoramento das metas (INEP, 2016, 2018, 2020b).

No trabalho foi calculada apenas a situação referente à Taxa Bruta de Matrículas (TBM, Indicador 12A), inclusive para o cálculo da participação do segmento público na expansão (Indicador 12C) já que o Indicador 12B só será obtido posteriormente ao primeiro, tendo em vista que leva em conta apenas as matrículas de estudantes com 18 a 24 anos e não a sua totalidade.

Finalmente, é detalhado o esforço do setor público para cumprimento da meta 12 no estado de São Paulo para cada uma de suas regiões administrativas, já que a distribuição de alunos em cursos superiores não é homogênea e se trata da unidade da federação com o menor percentual de matrículas em IES públicas do país.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O envelhecimento e a diminuição da taxa de fertilidade da população no Brasil fizeram com que em 2005, segundo dados do IBGE, a faixa etária entre 18 e 24 anos atingisse seu máximo e, a partir daí, vem decaindo gradativamente, apesar da população como um todo, continuar crescendo. Deste modo, as taxas de matrícula, bruta ou líquida, tendem a aumentar, ainda que de forma tímida, mas se acentuando à medida que o contingente populacional entre 18 e 24 anos diminui. Para se ter uma ideia do que isso representa, ainda que não houvesse a criação de nenhuma nova matrícula, a meta 12 poderia ser atingida logo após 2060, quando se prevê que haja cerca de 17 milhões de jovens com essa faixa etária, o que corresponderia a cerca de duas vezes o total de matrículas atual ou uma TBM de 50% como prevê o PNE (IBGE, 2020). Essa hipótese seria, obviamente, a pior possível para o desenvolvimento do país e, apesar de se perseguir a meta atual desde o PNE anterior, espera-se que políticas públicas sejam postas em prática para que esse tempo seja efetivamente muito menor do que a inércia que esse cálculo propõe.

O acompanhamento das metas vem sendo feito por determinação da Lei nº 13.005/2014 e o INEP já divulgou três relatórios: um em 2016, outro em 2018 e, recentemente, o terceiro (INEP 2016; 2018; 2020b). Os resultados mostrados revelam que está havendo crescimento das taxas de matrícula, mas de forma tímida. Além disso, as taxas são calculadas em relação à população atual e não àquela projetada para o final do período abrangido pelo PNE. Também são computados os formados em ensino superior na faixa etária, o que é razoável, mas que leva em conta a TBE e TLE (taxas bruta e líquida de escolarização e não de matrículas), o que só foi salientado no relatório de 2020. Os valores utilizados no presente estudo levam em conta o número de matriculados constantes no Censo de Educação Superior divulgado pelo INEP (2020a) e a população é aquela projetado pelo IBGE para o ano de 2022 e não a população no momento da elaboração dos relatórios, a partir da PNADc (IBGE, 2019).

Merece destaque a observação de que à medida que a expansão se dá, aumenta a dificuldade de ser mantida a sua velocidade, dado que cada vez mais os incluídos no

ensino superior vêm de classes menos favorecidas socioeconomicamente e, portanto, necessitam outras ações para que se mantenham matriculados nas Instituições, mesmo que públicas e gratuitas. Em outras palavras, o PNE não considerou a abertura de vagas apenas, mas as matrículas dos estudantes dela decorrente, já que este é o dado que retrata a efetiva expansão. Apenas para se ter uma ideia, o número de vagas oferecido no país é três vezes superior ao número de matrículas iniciais, seja pelo fato da oferta ser muito superior à demanda em muitas IES privadas, seja pela ineficiência do setor público no efetivo preenchimento das mesmas, pelo tipo de curso com vagas abertas, sua localização, ou a eficácia dos processos de matrícula (CORTELAZZO, 2018).

Além desses fatores, destaque-se a nova crise político-econômica por que passa o país desde 2014, dificultando a implantação e desenvolvimento de políticas públicas. A esta crise, a pandemia causada pela COVID19 desde o início do ano letivo de 2020 no país, com um necessário distanciamento social para diminuição do contágio, levou à paralização dos cursos presenciais e sua rápida reformulação para uma oferta emergencial remota, que paralisou algumas escolas por um tempo considerável e que obrigou a adoção de um sistema de aulas remoto, com a necessidade de acesso mais robusto à internet e uso de equipamentos nem sempre de posse da população como um todo. Essas dificuldades possivelmente levarão a um agravamento da situação da educação no país, com aumento da evasão de estudantes e dificuldades ainda maiores para o cumprimento das metas do PNE.

Os valores de matriculados e demais cálculos para atingir a meta de 50% de TBM para o Brasil e para o Estado de São Paulo encontra-se descrito na Tabela 1. Para o país como um todo foram obtidos resultados que mostram a necessidade de 3 milhões de novas matrículas, o que significa um aumento aproximado de 36% relação ao total de matrículas em 2018. A ser mantida a taxa de crescimento dos 6 anos em que o PNE está em vigor (2012 a 2018), com valor da ordem de 20%, seriam criadas cerca de 1 milhão de novas matrículas até 2022, ou seja, 1/3 do total necessário para cumprimento da meta. Em outras palavras, se a cada 4 anos se consegue aumentar em 1 milhão o número de matriculados, serão necessários 12 anos para que a TBM atinja o previsto no PNE, com 50% de TBM, a ser mantida a velocidade atual.

Item	Descritores para o Indicador 12A	Fonte ^a	Brasil	São Paulo
a	População 18-24 anos estimada em 2022	IBGE ^b	22.940.019	4.604.997
b	Matrículas existentes IES para TBM 50%	a/2	11.470.010	2.302.499
c	Matrículas nas IES em 2012	INEP ^c	7.037.688	1.763.617
d	TBM em 2022 com matrículas de 2012	(c/a)*100	30,7%	38,3%
e	Matrículas nas IES em 2018	INEP ^c	8.450.755	2.029.395
f	TBM em 2022 com matrículas de 2018	(e/a)*100	36,8%	44,1%

g	Novas matrículas de 2012 a 2018	e - c	1.413.067	265.779
h	Matrículas faltantes para TBM 50%	b - e	3.019.255	273.103
i	% da Meta atingido	$[g/(g+h)]*100$	31,9%	49,3%

Tabela 1 – Valores para cumprimento do Indicador 12A da Meta, relativo à Taxa Bruta de Matrículas (TBM) de 50%.

a. forma como cada valor foi obtido; b. Projeção da População IBGE de 2018 atualizada em 6/4/2020 (IBGE, 2020); c. Censo da Educação Superior (INEP, 2020a).

Fonte: IBGE e INEP, com elaboração dos autores.

Nos dados referentes a São Paulo, os resultados foram percentualmente mais expressivos e quase metade da meta foi cumprida, apesar de já terem transcorrido seis anos dos dez previstos no PNE. De todo o modo, deve haver no estado a criação de quase 300 mil novas matrículas para que a meta seja atingida, o que também torna difícil o cumprimento da meta e requeria cerca de seis a sete anos para sua consecução.

Obter três milhões de novas matrículas no ensino superior do país em 4 anos significaria conseguir aproximadamente 750 mil novos ingressos anuais a partir de 2019 para que esse valor fosse acumulado, sem serem computadas as desistências e o abandono escolar, que teriam que contar com esforços suplementares. Entretanto, nos últimos anos, os relatórios elaborados pelo INEP demonstram quase que uma estagnação, ou mesmo leve diminuição das matrículas em cursos presenciais: 6,63 milhões em 2015, 6,55 milhões em 2016, 6,53 em 2017 e 6,39 milhões em 2018 (INEP, 2019). No mesmo período, os cursos a distância tiveram crescimento de 1,39 milhões de matriculados em 2015, para 2,06 milhões em 2018, ou seja, um aumento de quase 50%.

A situação de São Paulo não é mais confortável: na melhor das hipóteses levantadas ainda é necessária a criação de 270 mil matrículas e, nos últimos 5-6 anos, elas aumentaram de 1,76 para 2 milhões no estado, ou seja, pouco menos da metade das 530 mil novas matrículas necessárias para se chegar à TBM de 50%. Se considerarmos que esses valores já foram atingidos por inúmeros países ainda no século passado (OCDE, 2019), perceberemos o atraso com que o país está lidando com seu desenvolvimento científico e tecnológico, uma vez que ele é ligado diretamente ao ensino superior.

Dados divulgados recentemente no Relatório do 3º Ciclo de Acompanhamento das Metas do PNE mostram percentuais ainda mais conservadores, de 37,4% e 39,5% de TBM para o Brasil e o estado de São Paulo, respectivamente (INEP, 2020b). Tais valores se devem ao fato do relatório utilizar dados da PNAD contínua que pesquisa o número de frequentadores dos cursos e não o de matriculados, além de utilizar as projeções de população atual, e não aquela prevista para 2022 como se fez no presente estudo, conforme destacado pelo próprio Instituto nas notas relativas à Meta 12 (INEP, 2020b, p.261).

Se a meta é praticamente impossível de ser cumprida com relação à TBM, a situação para o Indicador 12B, relativo à taxa líquida de matriculados é ainda pior, dado que boa parte da expansão recente se concentra nos cursos desenvolvidos a distância. Dados relativos ao ingresso no ensino superior mostram que a faixa etária dos estudantes que frequentam cursos a distância é maior. Em 2017, a mediana da idade dos ingressantes era de 30 anos para cursos EaD e 21 anos para cursos presenciais. Nesse mesmo ano, os resultados mostravam que apenas 25% dos ingressantes de cursos EaD apresentavam 24 anos ou menos (INEP, 2019), o que contribui muito pouco para o aumento da taxa líquida de matriculados.

Para o Indicador 12C, também não se pode contar com resultados satisfatórios ao final da vigência do PNE. Em função das análises dos dois indicadores anteriores, fica claro que o Indicador 12A será obtido anteriormente àquele do Indicador 12B, por vários motivos, destacando-se o fato de que ainda temos um grande contingente de estudantes no ensino superior com idade superior a 24 anos, especialmente em cursos desenvolvidos a distância.

Os resultados referentes ao Indicador 12C, que prevê que 40% da expansão ocorra em Instituições Públicas, são apresentados na Tabela 3 e utilizam a expansão necessária para contemplar o indicador 12A, referente à TBM. O conceito de Instituição Pública aqui utilizado inclui, como no Censo de Educação Superior, todas as IES Municipais consideradas públicas, ainda que não sejam gratuitas.

Item	Descritores para o Indicador 12C	Fonte ^a	Brasil	São Paulo
a	Matrículas nas IES para TBM = 50%	IBGE ^b	11.470.010	2.302.499
b	Matrículas existentes em 2012	INEP ^c	7.037.688	1.763.617
c	Matrículas requeridas	(a – b)	4.432.322	538.882
d	Matrículas necessárias - IES públicas (40%)	Meta 12C	1.772.929	215.553
e	Matrículas já existentes - IES públicas	INEP ^c	180.105	74.660
f	Necessidade de matrículas para a Meta	(d – e)	1.592.824	140.893
g	% da Meta atingido	(e/d)*100	10,1%	34,6%

Tabela 2 – Valores para cumprimento do Indicador 12C da Meta, relativo ao percentual de 40% da expansão ser realizado em Instituições Públicas.

a. forma como cada valor foi obtido; b. Projeção da População IBGE de 2018 atualizada em 6/4/2020 (IBGE, 2020); c. Censo da Educação Superior de 2012 e de 2018 (INEP, 2020a).

Fonte: IBGE e INEP, com elaboração dos autores.

Para o cálculo, a exemplo do que foi feito com os demais indicadores, partiu-se da situação em 2012, utilizada desde a linha de base quando da aprovação da Lei 13005/2014 (INEP, 2015).

Os dados apresentados na Tabela mostram que nos últimos seis anos houve o aumento de 180 mil matrículas em IES públicas no país, dos quais 41% no estado de São Paulo. Isso significa, em termos da necessidade total para que o Indicador seja atingido, que foram cumpridos 10,1% e 34,6% do mesmo, respectivamente, no país e no estado de São Paulo. Assim, os valores da expansão em IES públicas nos próximos 4 anos deverão ser da ordem de nove vezes o que foi feito nos últimos 6 anos para o país, e de 3 vezes o que já foi feito no estado de São Paulo nesse mesmo período, destacando-se, ainda, que se passaram dois anos depois da divulgação dos dados que levaram a esses cálculos, já que os mesmos se referem ao ano de 2018.

A destacar, por oportuno, que parte dos esforços que vêm sendo realizados por meio da oferta de cursos a distância não representam obrigatoriamente a oferta anual e constante dessas vagas, já que o ensino a distância, especialmente nas instituições públicas, vem sendo feito a partir de ofertas específicas e que não configuram, obrigatoriamente, no aumento constante das vagas a partir dessa primeira oferta e, em consequência, aumenta apenas transitoriamente a quantidade de matriculados nos cursos superiores ofertados.

A estratégia 12.3 da Meta 12 do PNE não tem tido um acompanhamento tão detalhado quando àquele assegurado às TBM e TLM. Mesmo quando salientadas as principais estratégias no documento “Planejando a próxima década: conhecendo as 20 Metas do PLANO Nacional de Educação (MEC, 2014) ela não foi citada. Ela está assim redigida na Lei 13005/2014:

Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior; (Brasil, 2014, p.21)

Apesar de não se referir explicitamente ao abandono escolar, ela se refere à taxa de conclusão que depende diretamente da permanência e sucesso dos estudantes nos cursos. Desde 2014 o Censo da Educação Superior passou a divulgar o número de vagas remanescentes colocadas para concurso de ingresso que se somam às vagas novas (para ingresso no primeiro ano). A oferta de vagas remanescentes nas IES públicas foi da ordem de 180 mil em 2018 e essas Instituições, a partir dos processos que realizam, conseguem preencher pouco mais de 27% das mesmas, o que significa que aproximadamente 130 mil vagas ofertadas em cursos públicos em 2018 continuaram ociosas (INEP, 2020a).

Além disso, apenas para utilizar os dados existentes nas notas estatísticas do último censo divulgado, que é semelhante àquelas dos anos anteriores, as Instituições

não conseguem preencher o total de vagas ofertado, nem se considerados apenas os processos para ingresso em vagas novas, que é de apenas 80,6% para as IES públicas e de 27% para as privadas. Para as vagas remanescentes, esses valores são muito mais baixos, como pode ser visualizado na Tabela 3.

Vagas	Total	Públicas	Federais	Estaduais	Municipais	Privadas
Novas	36,3%	82,5%	91,2%	87,2%	30,1%	32,1%
Remanescentes	12,1%	26,7%	29,8%	25,4%	14,8%	11,2%

Tabela 3 – Percentual de preenchimento das vagas ofertadas pelas Instituições de Ensino Superior segundo sua natureza jurídica

Fonte: Autores, a partir das Notas Estatísticas do Censo de 2017. Inep, 2019

Pelos dados, percebe-se que as Instituições iniciam o desenvolvimento de seus cursos com alguma ociosidade. Essa ociosidade pode ser decorrente de uma oferta superestimada, especialmente no caso de IES privadas, o que é reforçado pelo fato de que as vagas devem ser divulgadas em editais, cuja modificação não é trivial, mesmo em IES que detêm autonomia universitária. Nas escolas públicas, a ociosidade pode ser decorrente de uma oferta em locais que não apresentam demanda suficiente para aquela carreira, do fato que o próprio processo de seleção contém entraves que dificultam o preenchimento total das vagas oferecidas, ou outros fatores que não cabem discussão no presente trabalho, mas que com certeza afetam negativamente as taxas de matrícula e escolarização. Além disso, as vagas remanescentes disponibilizadas para preenchimento não refletem o total de vagas decorrentes do abandono escolar pois não há uma obrigatoriedade para essa oferta e os processos para seu preenchimento podem ser muito burocratizados e de baixa eficácia (CORTELAZZO, 2018).

Finalmente, para ter um outro dado sobre o abandono escolar, podemos considerar que os alunos que ingressam em um ano, devem se formar em 3 a 6 anos, conforme seja a duração de seu curso, acrescido de período permitido para a integralização, normalmente decorrente de reprovações ou trancamentos de matrícula. Isso posto, considerando-se que não houve diminuição da oferta de vagas, se computarmos os ingressos em IES públicas no ano de 2012 em cursos presenciais no Brasil (499.370) e o número de formados em 2017 (238.061), se o número de vagas para ingresso fosse mantido, deveríamos ter 499.370 formados para uma evasão zero. Entretanto, o número de formados correspondeu a apenas 48% do número de ingressos. Em São Paulo, tivemos em 2012, 68.593 ingressos, com formatura de 40.277 alunos em 2017 (59% de formados em relação aos ingressantes), sempre com o uso de dados disponibilizados nos censos de educação superior disponibilizados pelo INEP (2020a).

Deste modo, fica evidente que há um grande espaço de trabalho a ser realizado para que a estratégia 12.3 prevista tanto no Plano Nacional quanto no Plano Estadual de Educação de São Paulo contribua de forma efetiva para cumprimento da Meta 12. Além disso, a expansão vem ocorrendo nas instalações de instituições já existentes, o que é economicamente mais viável mas não corrige distorções da distribuição de vagas e matrículas em ensino superior no estado, deixando as regiões com menor número de matrículas públicas no ensino superior ainda mais distantes das demais e, em contrapartida, regiões em que o indicador 12C já foi contemplado, conforme dados apresentados pelo INEP (2020a) e Fundação SEADE (2019).

Apesar de não ser explicitado diretamente na expansão da graduação no PEE-SP, a Educação a Distância tem tido importância crescente nas matrículas de cursos de graduação no país e no estado de São Paulo. Além da estrutura da UAB, presente em todo o país, o Rio de Janeiro possui o Cederj, consórcio que congrega todas as IES públicas cariocas e São Paulo conta com uma Universidade Virtual (Univesp), para citar apenas o exemplo de dois estados da federação. Além disso, e sempre com a ressalva de não se tratar de estrutura gratuita, algumas IES Municipais vêm ofertando cursos de graduação a distância, conforme dados do Censo de Educação Superior divulgados pelo INEP. Essa modalidade de desenvolvimento dos cursos poderá, sem dúvida, contribuir para que a interiorização do ensino superior prevista seja mais efetiva e os Indicadores da Meta 12 sejam atingidos. O ensino a distância também tem sido importante modalidade para o aumento de oferta na formação de jovens e adultos, de cursos técnicos de nível médio e de cursos de especialização e de capacitação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui apresentados revelam que a meta 12 do PNE e do PEE-SP dificilmente será cumprida até o final da vigência desses planos. A expansão que vem ocorrendo, sofreu uma queda acentuada em decorrência da crise econômica do país e, no período, houve retração de matrículas em cursos presenciais de IES privadas, o que dificulta ainda mais o cumprimento da meta.

Para o estado de São Paulo, um olhar mais voltado para a diminuição das desigualdades regionais poderia significar uma economia no custo da vaga caso ela ficasse mais próxima da população local e, com isso, um maior número de vagas poderia ser aberto pelo poder público, estabelecendo uma efetiva política de Estado, somando esforços dos governos federal, estadual e municipais, ao invés de haver competição na oferta de vagas numa mesma cidade/região, em cursos muitas vezes correlatos ou iguais.

Em contrapartida, a simples interiorização sem critérios pode aumentar a ociosidade e, com isso, a estratégia ter efeito negativo, com gastos públicos mal aplicados e cursos de pouca demanda local. A esse respeito, a otimização dos espaços já instalados ainda tem

muito a avançar e as IES públicas deveriam contar com processos mais eficientes para o preenchimento de suas vagas remanescentes e ociosidades, de modo a contribuir para o aumento das taxas de matrícula e escolarização.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N.C. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 66, p. 717-736, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 26 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 15 fev. 2020.

CORTELAZZO, A.L. 2018. Oferta de vagas remanescentes como política institucional para a remediação da ociosidade e do abandono escolar. **VII Congresso CLABES**. Recuperado a partir de <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/2047>

GOMES, A.M.; MORAES, K.N. Educação Superior no Brasil Contemporâneo: Transição para um sistema de massa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua – suplemento educação): microdados 2012-2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018, atualizado em 4/6/2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em 03 jul.2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024. Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015. 404p. ISBN 978-85-7863-046-1.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2016. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016**. – Brasília, DF: Inep, 2016. 590p. Disponível em: http://download.inep.gov.br/outras_acoes/estudos_pne?2016/relatorio_pne_2014_a_2016.pdf. Acesso em 18 mar. 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2018. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034. Acesso em 18 mar. 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017**. Brasília: INEP, 2019. 112 p. il. ISBN 978-65-81041-02-1

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2020a. **Sinopse Estatística da Educação Superior – 1995 - 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 3 jul.2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2020b. **Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034. Acesso em 3 jul. 2020.

MEC - Ministério da Educação (Brasil). **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do PNE**. 2014. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 19 dez. 2018.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2019. **Regards sur l'éducation 2019 – Les indicateurs de l'OCDE**. Publishing: Paris, 2019. Disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/education/regards-sur-l-education-2019_6bcf6dc9-fr. Acesso em 22 mar. 2020.

SEADE – Fundação Seade. 2019. Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>. Acesso em 26 mar. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Atenção Básica 161, 177, 183, 190, 192, 194, 195, 197, 198, 201, 202, 223, 237, 245

Atenção Psicossocial 156, 160, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190

Auditoria 173, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Avaliação 6, 8, 13, 16, 19, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 76, 82, 96, 106, 107, 118, 133, 150, 164, 165, 170, 171, 173, 176, 182, 185, 196, 202, 205, 206, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 246, 247, 251

C

Capacitação 8, 14, 19, 52, 72, 102, 111, 129, 152, 165, 167, 170, 171, 172, 176, 185, 188, 193, 196

Ciclo de Vida 203, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213, 214

Competência Linguístico-Comunicativa 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Controle Interno 223, 224, 226, 227, 229, 230

Criança 241, 242, 244, 248

Cultura 15, 17, 34, 35, 37, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 61, 142, 143, 148, 161, 174, 180, 209, 235

D

Deficiência Intelectual 1, 2, 3, 6, 8, 9

Desempenho 5, 6, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 27, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 88, 92, 101, 124, 169, 174, 175, 176, 180, 203, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 251

Docente 6, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 29, 31, 32, 52, 53, 56, 57, 58, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 127, 131

E

Educação 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 37, 46, 49, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 86, 87, 92, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 112, 115, 122, 129, 156, 174, 175, 180, 181, 190, 221, 229, 249, 251

Educação Básica 12, 14, 16, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 99, 100, 106, 180, 181

Ensino 1, 3, 10, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 49, 57, 63, 65, 71, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 111, 127, 133, 156

Ensino Médio 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 41, 42, 49, 83, 103, 127, 180

Ensino Superior 26, 27, 51, 52, 56, 57, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 80, 82, 98, 100, 105, 108, 109, 156

Equipamentos Coletivos 156, 159, 161

Equipe Multiprofissional 191, 194, 195, 197

Escola 4, 5, 8, 9, 10, 12, 15, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 99, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 144, 182, 231, 232, 251

Estado 11, 14, 17, 20, 26, 29, 35, 37, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 58, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 106, 111, 112, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 137, 141, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 191, 192, 193, 204, 206, 209, 215, 217, 220, 223, 225, 239, 245

Evasão Escolar 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32

F

Formação Continuada 12, 13, 15, 16, 19, 20, 100, 102, 104, 127, 129, 132

Formação de Professores 11, 12, 13, 15, 98, 110, 112, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 132

Fotografia 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Fotjornalismo 134, 135, 136

G

Geografia 73, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 121, 251

Gestão 20, 49, 75, 76, 78, 85, 96, 97, 103, 105, 156, 165, 166, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 205, 206, 219, 251

Gestão por Resultados 76, 85, 90, 174, 175, 176, 177, 180, 181

H

Homem 45, 115, 117, 139, 200, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 247, 248

Hospitais 161, 168, 169, 176, 177, 214, 225

M

Microcefalia 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250

Monitoramento 65, 73, 74, 174, 176, 177, 185, 212, 223, 224, 225, 229

Monitoria 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

N

Núcleo de Apoio à Saúde da Família 191, 192, 193, 197, 199, 202

P

Pacto pela Educação 174, 175

Pacto pela Saúde 174, 175, 176, 203, 205, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Pagamento por Desempenho 203, 205, 214, 216, 217, 218

PIBID 111, 112, 114, 115, 118, 119, 120, 121

Planejamento 10, 54, 61, 75, 78, 84, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 169, 171, 174, 175, 176, 189, 199, 200, 202, 224, 227, 229, 246

PNAISH 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240

PNE 20, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74

Política Pública 88, 93, 111, 112, 162, 174, 176, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 216, 221, 239, 242, 245, 246, 249

Professor 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 70, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 118, 123, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 251

Proficiência Linguística 122, 124, 130

S

Saneamento Básico 165, 242, 245, 246, 248, 249, 250

Saúde 11, 37, 95, 96, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 248, 250

Saúde Mental 156, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 196

Saúde Pública 155, 168, 176, 182, 192, 200, 217, 220, 234, 236, 240, 243, 249

Segregação Socioespacial 156, 157, 159, 162, 164, 165

Serviços de Saúde 150, 152, 160, 161, 162, 163, 169, 174, 176, 178, 180, 188, 192, 195, 203, 205, 214, 216, 217, 218, 231, 234, 235, 237, 238, 239, 240

Sinais 5, 49

Sistemas de Informação 95, 167, 169, 170, 171, 172

Stakeholder 78, 83, 84

SUS 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 162, 164, 169, 170, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 237, 238, 239, 240, 244, 245

T

Tecnologia Assistiva 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Terapeuta Ocupacional 1, 3, 4, 7, 8, 10, 11

U

Universidade 1, 5, 6, 9, 10, 11, 20, 48, 49, 63, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 111, 112, 118, 120, 121, 124, 129, 130, 133, 134, 156, 160, 182, 191, 223, 231, 232, 248, 251

Z

Zika Vírus 242, 243, 245, 248, 249

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 